

Geração Futuro
Corretora de
Valores S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2018 com
relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras**



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Geração Futuro Corretora de Valores S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geração Futuro Corretora de Valores S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 30 de junho de 2018, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção à seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante		85.998	42.274	Circulante		87.788	44.911
Disponibilidades	4	884	103	Outras obrigações		87.788	44.911
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	60.944	14.820	Fiscais e previdenciárias	11.a	2.843	1.437
Aplicações em depósitos interfinanceiros		60.944	14.820	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		19	5
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	4.650	14.466	Negociação e intermediação de valores - Passivo	11.b	80.841	36.118
Carteira própria		649	14.279	Parcelamento de dívida - IRPJ e CSLL	11.c	359	1.024
Vinculados à prestação de garantia		-	187	Provisão para passivos contingentes	13	-	1.037
Vinculados ao Banco Central		4.001	-	Diversas	11.d	3.726	5.290
Outros créditos	7	18.666	12.435	Exigível a longo prazo		2.178	312
Rendas a receber		3.241	3.209	Outras obrigações		2.178	312
Negociação e intermediação de valores		12.076	7.241	Parcelamento de dívida - IRPJ e CSLL	11.c	-	312
Diversos		3.380	2.003	Provisão para passivos contingentes	13	2.178	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(31)	(18)				
Outros valores e bens		854	450				
Despesas antecipadas		854	450				
Não circulante		6.697	9.263	Patrimônio líquido	14	2.729	6.314
Investimentos	8	4.725	5.336	Capital social		25.000	25.000
Participações societárias em controladas		4.725	5.336	Aumento de capital		4.000	-
Imobilizado	9	799	1.287	Prejuízos acumulados		(26.271)	(18.686)
Instalações, móveis, equipamentos e outros		4.264	6.519				
(Depreciação acumulada)		(3.465)	(5.232)				
Intangível	10	1.173	2.640				
Softwares		2.820	2.780				
Benfeitorias		1.310	3.357				
(Amortização acumulada)		(2.957)	(3.497)				
Total do ativo		92.695	51.537	Total do passivo e patrimônio líquido		92.695	51.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Demonstrações dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto, prejuízo líquido por lote de mil ações)

	Nota	2018	2017
Resultado de intermediação financeira		4.137	3.209
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.068	980
Resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos	6	2.075	2.230
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6)	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais		(12.079)	(8.065)
Receitas de prestação de serviços	15.a	27.717	27.266
Despesas de pessoal	15.b	(13.646)	(13.697)
Despesas administrativas	15.c	(22.684)	(17.070)
Despesas tributárias	15.d	(2.287)	(2.436)
Resultado de participação societária em controladas		(548)	(1.791)
Outras receitas operacionais	15.e	873	720
Depreciação e amortização	9 e 10	(451)	(743)
Outras despesas operacionais	15.f	(1.053)	(314)
Resultado operacional		(7.942)	(4.856)
Resultado não operacional		(270)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(8.212)	(4.856)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Corrente	12.a	-	-
Diferido	12.b	-	-
Participações dos empregados no resultado	18	(992)	(1.903)
Prejuízo líquido do semestre		(9.204)	(6.759)
Quantidade de ações		29.133.542	25.133.542
Prejuízo líquido por lote de mil ações - R\$		(0,3159)	(0,2689)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	<u>25.000</u>	<u>-</u>	<u>(11.927)</u>	<u>13.073</u>
Prejuízo do semestre	-	-	(6.759)	(6.759)
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>25.000</u>	<u>-</u>	<u>(18.686)</u>	<u>6.314</u>
Mutações do semestre	-	-	(6.759)	(6.759)
Saldos em 01 de janeiro de 2018	<u>25.000</u>	<u>-</u>	<u>(17.067)</u>	<u>7.933</u>
Prejuízo do semestre	-	-	(9.204)	(9.204)
Aumento de capital	-	4.000	-	4.000
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>25.000</u>	<u>4.000</u>	<u>(26.271)</u>	<u>2.729</u>
Mutações do semestre	-	4.000	(9.204)	(5.204)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do semestre	(9.204)	(6.759)
Ajustes do lucro do exercício com o caixa gerado nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	451	748
Resultado com equivalência patrimonial	548	1.791
Provisão para passivos contingentes	750	(110)
Participação de empregados	992	-
Variação de ativos e obrigações		
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(24)	(487)
Redução / (Aumento) em outros créditos	(1.309)	5.781
Redução / (Aumento) em outros valores e bens	(592)	(168)
(Redução) / Aumento em outras obrigações	12.055	1.865
Impostos pagos	-	(320)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.667	2.341
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(153)	(211)
Aquisição de intangível	-	(699)
Baixa do imobilizado	102	-
Baixa de intangível	167	6
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	116	(904)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	4.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	4.000	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	7.783	1.437
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	54.045	13.486
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	61.828	14.923
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	7.783	1.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Geração Futuro Corretora de Valores S.A. (“Corretora”) tem por objeto principal, negociar títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, e operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Geração Futuro.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, instituído pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração da Corretora baseie-se em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e provisão para contingências. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Corretora em continuar suas atividades nos próximos 12 (doze) meses.

A Administração autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras em 24 de agosto de 2018.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Corretora.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa da Corretora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de liquidez.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

d. Segregação de curto e longo prazo

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 (doze) meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e retificadas por provisão ao valor de mercado quando aplicável.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Nos termos da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada “ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos”, líquidos dos efeitos tributários.

A Corretora tem como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários e mantê-los para negociação, proporcionando, desse modo, rentabilidade de suas disponibilidades e participação transitória no mercado de derivativos sem, contudo, assumir posições que comprometam a sua solidez patrimonial, liquidez ou que venham a representar risco de crédito.

As ações de companhias abertas são registradas pelo custo de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, ajustados pela valorização da cotação média do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Os resultados das operações constituídos dos ajustes por variações são reconhecidos diariamente no resultado e estão apresentados nas demonstrações do resultado.

As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados. A valorização e

desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

Os títulos privados classificados como certificados de depósitos bancários, letras de créditos imobiliários, debêntures, certificados de recebíveis de agronegócio e letras de agronegócio são indexados à taxa CDI e pré-fixados, sendo o resultado registrado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma:

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas ou incorridas.

Os prêmios pagos ou recebidos nas operações realizadas no mercado de opções são registrados em contas patrimoniais pelos valores efetivamente pagos ou recebidos e ajustados a mercado em contrapartida do resultado. Os valores de referência desses contratos são registrados em contas de compensação.

h. Negociação e intermediação de valores

Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

i. Investimento em controlada

As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

j. Imobilizado de uso / intangível

Ativo Imobilizado: corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Corretora os benefícios, riscos e controle desses bens.

O ativo imobilizado de uso (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais que contemplam a vida-útil econômica dos bens, às taxas de 10% a.a. para móveis, e 20% a.a. para os demais. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. O ágio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido. O ágio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da empresa adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

k. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução nº 3.566/2008 do CMN, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas.

Com base em análise de seus ativos em 30 de junho de 2018, a Corretora concluiu que não há evidências que indiquem a necessidade de constituição de provisão para perdas consideradas permanentes.

l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN:

11. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

12. Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

13. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

m. Demais ativos e passivos

São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

n. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é, quando devida, constituída mensalmente com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável anual que exceder R\$240. A contribuição social é, quando devida, constituída à alíquota de 20% apurada sobre o resultado tributável ajustado na forma da legislação em vigor.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

o. Lucro líquido / prejuízo por ação

O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço.

p. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

q. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às

demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes).

Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	884	103
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	<u>60.944</u>	<u>14.820</u>
Total	<u><u>61.828</u></u>	<u><u>14.923</u></u>

(*) As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras com o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimentos de 2 dias úteis a partir da data de aquisição.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	<u>60.944</u>	<u>14.820</u>
	<u><u>60.944</u></u>	<u><u>14.820</u></u>

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras com o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimentos até 22 de novembro de 2019, entretanto, as operações compromissadas são liquidadas conforme vencimento da operação e não do ativo.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez geraram ganhos de R\$ 2.068 (R\$ 980 em 2017).

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos a seguir a composição da carteira de títulos, por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento, ajustados aos respectivos valores de mercado. Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados na categoria de títulos para negociação:

	2018						Valor de mercado 31/12/2017
	Custo	Valor de Mercado				Total	
		Sem Vencimento	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste a Mercado		
Carteira própria (livres)	640	-	444	196	9	649	14.279
Títulos de Renda Fixa (livres)	640	-	444	196	9	649	14.279
Títulos públicos federais	303	-	303	-	1	304	14.034
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	303	-	303	-	1	304	13.974
Notas do Tesouro Nacional-B - NTN-B	-	-	-	-	-	-	60
Títulos privados	337	-	141	196	8	345	245
Certificado de depósito bancário - CDB	141	-	141	-	6	147	69
Letras de câmbio - LC	136	-	-	136	3	139	-
Letras de crédito Imobiliários - LCI	-	-	-	-	-	-	31
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	-	-	-	-	-	19
Debêntures	-	-	-	-	-	-	10
Certificado recebíveis do agronegócio - CRA	24	-	-	24	-	24	116
Cedrtificado de recebíveis imobiliários - CRI	36	-	-	36	(1)	35	-
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-	-	-	187
Títulos públicos federais - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	187
Vinculados ao Banco Central	4.000	-	4.000	-	1	4.001	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.000	-	4.000	-	1	4.001	-
Total	4.640	-	4.444	196	10	4.650	14.466

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 2.075 (R\$ 2.230 em 2017).

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA.

Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos auferidos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, BM&F Bovespa, CETIP e SELIC.

Em 30 de junho de 2018 e 2017 a Corretora não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7 Outros créditos

a. Rendas a receber

Em 30 de junho de 2018, a Corretora possuía registrado como “rendas a receber” o montante de R\$ 3.241 (R\$ 3.209 em 2017) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos.

b. Negociação e intermediação de valores

Representado principalmente pelos saldos das operações por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R\$ 12.076 (R\$ 7.241 em 2017).

c. Diversos

	2018	2017
Reembolso de fundos	1.006	749
Devedores por depósito em garantia	728	477
Impostos de renda a compensar	711	34
Outras liquidações - correspondentes	543	-
Despesas antecipadas	211	450
Valores a receber de sociedades ligadas	95	162
Outros créditos diversos	86	131
Subtotal	3.380	2.003
(-) Provisão para outros créditos	(31)	(18)
Total	3.349	1.985

- (i) O saldo dessa rubrica refere-se a valores transitórios a receber de Fundos de investimentos.
(ii) O saldo dessa rubrica refere-se a outros valores a liquidar entre empresas do grupo.

8 Investimentos

Em 10 de janeiro de 2017, a Companhia realizou adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$500 na investida Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. e em 26 de abril de 2017, o adiantamento foi incrementado em R\$800, passando o saldo dessa rubrica a ser de R\$1.856.

Em 29 de junho de 2017, Companhia integralizou todos os adiantamentos para futuro aumento de capital em aberto.

Em 04 e 25 de agosto de 2017, a Companhia voltou a realizar adiantamentos para futuro aumento de capital na Geração Futuro Seguros e Participações Ltda., nos valores de R\$70 e R\$305.

	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2018
Geração Futuro Seguros e Part Ltda. (*)	5.273	(548)	4.725
Total	5.273	(548)	4.725

	Saldo em 31/12/2016	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2017
Geração Futuro Seguros e Part Ltda. (*)	5.272	1.855	(1.791)	5.336
Total	5.272	1.855	(1.791)	5.336

(*) A GF Seguros e Participações é investida direta da Geração Futuro, porém, não é considerada para fins de consolidação conforme regras estabelecidas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

9 Imobilizado

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2017	Movimentação			Saldo 30/06/2018
			Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.052	4	(550)	-	506
(-) depreciação acumulada		(840)	-	499	(15)	(356)
Sistema de comunicações- Equipamentos	10%	771	1	(50)	-	722
(-) depreciação acumulada		(683)	-	33	(11)	(661)
Sistema de processamento de dados	20%	3.263	148	(375)	-	3.036
(-) depreciação acumulada		(2.658)	-	341	(131)	(2.448)
Total		905	153	(102)	(157)	799

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2016	Movimentação			Saldo 30/06/2017
			Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.318	69	(1)	-	2.386
(-) depreciação acumulada		(1.838)	-	-	(119)	(1.957)
Sistema de comunicações- Equipamentos	10%	820	-	-	-	820
(-) depreciação acumulada		(682)	-	-	-	(682)
Sistema de processamento de dados	20%	3.172	141	-	-	3.313
(-) depreciação acumulada		(2.448)	-	-	(145)	(2.593)
Total		1.342	210	(1)	(264)	1.287

10 Intangível

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Descrição	Taxa	<u>Movimentação</u>				Saldo 30/06/2018
		Saldo 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Amortização	
Software	20%	2.822	-	(2)	-	2.820
(-) amortização acumulada		(2.251)	-	2	(149)	(2.398)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	1.716	-	(406)	-	1.310
(-) amortização acumulada		(653)	-	239	(145)	(559)
Total		1.634	-	(167)	(294)	1.173

Descrição	Taxa	<u>Movimentação</u>				Saldo 30/06/2017
		Saldo 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Amortização	
Software	20%	2.747	33	-	-	2.780
(-) amortização acumulada		(1.938)	-	-	(154)	(2.092)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	2.695	660	-	-	3.355
(-) amortização acumulada		(1.078)	-	-	(325)	(1.403)
Total		2.429	693	-	(479)	2.640

(i) As benfeitorias são amortizadas de acordos com a vigência dos contratos de aluguel que são de 60 meses.

11 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.721	228
Impostos e contribuições sobre salários	623	671
PIS e COFINS	222	240
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	180	146
ISS	97	152
Total	2.843	1.437
Curto prazo	2.843	1.437
Exigível a longo prazo	-	-

b. Negociação e intermediação de valores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Credores conta de liquidação pendente	70.235	32.920
Caixas de registro e liquidação	10.606	3.198
Total	80.841	36.118
Curto prazo	80.841	36.118
Exigível a longo prazo	-	-

c. Parcelamento de dívida (*)

	2018	2017
Parcelamento da dívida de IRPJ e CSLL	359	1.336
Total	359	1.336
Curto prazo	359	1.024
Exigível a longo prazo	-	312

(*) A Superintendência Regional da Receita Federal 10ª Região Fiscal - Porto Alegre/RS, com base no “Termo de Constatação e Intimação Fiscal”, glosou despesas contabilizadas pela Corretora no ano-calendário de 2009, lavrando Auto de Infração recebido em 21/10/2013, referente à cobrança de IRPJ e CSLL, nos valores de R\$ 2.607 e R\$ 1.564. Em novembro de 2013 a Corretora optou pelo parcelamento em 60 (sessenta) vezes, com benefício de redução das multas em 40% (quarenta por cento), referente à adesão ao programa instituído pela Lei nº 11.941/2009, reaberto com as alterações veiculadas pela Lei 12.865/2013 (“Refis”). Transferido de grupo contábil para melhor classificação.

d. Diversos

	2018	2017
Provisão para despesas de pessoal	2.179	2.339
Provisão de pagamentos a efetuar	911	1.682
Valores a pagar sociedades ligadas	89	108
Credores diversos	547	1.161
	3.726	5.290
Curto prazo	3.726	5.290
Exigível a longo prazo	-	-

12 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração da conciliação entre o imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva e nominal

RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2018	2017
Resultado antes da Tributação e Participações	(8.212)	(4.856)
Participações dos empregados no resultado	(992)	(1.903)
Prejuízo antes dos Impostos	(9.204)	(6.759)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquota vigente		
Corrente - Alíquota Vigente	-	-
Ajustes Permanentes	1.964	1.942
Resultado de Equivalencia Patrimonial de Controladas e Coligadas	548	1.791
Outras	1.416	151
Ajustes Temporários	(1.128)	48
Ajustes temporários sobre produtos	25	1
Outras	750	47
PLR - Caixa	(1.903)	-
Lucro/Prejuízo Antes das Compensações	(8.368)	(4.769)
Compensação	-	-
Lucro/Prejuízo do Semestre	(8.368)	(4.769)

b. Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

A Corretora não realizou o registro contábil de ativo ou passivo tributário em conformidade com Resolução 3.059/12 do Bacen que define as regras para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias.

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Ajustes Temporários	MTM	Total
Ativos fiscais não constituídos	5.874	4.700	983	(5)	11.552

13 Contingências

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações.

Para as contingências classificadas como “prováveis”, são constituídos provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica “Provisões para riscos fiscais” e Provisões para passivos contingentes”. Eventuais desembolsos dependerão da evolução e do êxito de cada um dos processos, não sendo possível estimar quando ocorrerão.

Composição e movimentação das contingências

	PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES							
	FISCAIS		TRABALHISTAS		CÍVEIS		OUTROS	
	GARANTIA	PROVISÃO	GARANTIA	PROVISÃO	GARANTIA	PROVISÃO	GARANTIA	PROVISÃO
Em 31 de Dezembro/2017	-	-	-	700	712	712	-	-
<i>Constituições</i>	-	-	-	650	-	-	-	100
<i>Reversões</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Atualizações</i>	-	-	-	-	15	15	-	-
<i>Realizações / Pagamentos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 30 de Junho/2018	-	-	-	1.350	728	728	-	100

Abaixo segue demonstrado os tipos de processos como probabilidade “possível” em que a Corretora figura no polo passivo.

	FISCAIS	TRABALHISTAS	CÍVEIS	OUTRAS
Em 31 de Dezembro/2017	240	1.858	350	3.362
Em 30 de junho/2018	122	1.413	440	792

14 Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2018 o capital social é de R\$ 25.000 (R\$ 25.000 em 2017), e está representado por 25.133.542 ações ordinárias nominativas (25.133.542 ações em 2017), sem valor nominal, representado conforme o quadro de acionistas:

Acionistas	No de ações	Participação
Brasil Plural S.A. Banco Multiplo	<u>25.133.542</u>	<u>100%</u>
Total	<u><u>25.133.542</u></u>	<u><u>100%</u></u>

Aumento de capital

Em 28 de junho de 2018 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$4.000 e submetido a apreciação do Banco Central do Brasil. No caso de aprovação, o capital social passará de R\$25.000 para R\$29.000, com a emissão de 4.000.000 ações, passando de 25.133.542 para 29.133.542 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Destinação dos resultados

Aos acionistas está previsto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação vigente. Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, não houve pagamentos de dividendos em função dos prejuízos apresentados pela Companhia.

Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

15 Resultado operacional

a. Receita de prestação de serviços

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Administração de recursos (Nota 7.a)	16.946	16.446
Rendas de corretagem	6.107	9.882
Rendas de colocação de títulos	4.299	648
Assessoria Técnica	-	53
Outras	365	237
	<u>27.717</u>	<u>27.266</u>

b. Despesa de pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Proventos	(7.978)	(7.308)
Encargos Sociais	(2.696)	(2.717)
Honorários da diretoria	(469)	(1.008)
Outros	(2.503)	(2.664)
Total	<u>(13.646)</u>	<u>(13.697)</u>

c. Despesas administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços técnicos especializados	(11.236)	(8.008)
Processamento de dados	(3.154)	(2.531)
Serviço do sistema financeiro	(1.482)	(1.224)
Aluguel	(518)	(1.350)
Comunicações	(821)	(955)
Viagens	(325)	(208)
Serviços de terceiros	(279)	(130)
Outros	(4.869)	(2.664)
Total	<u>(22.684)</u>	<u>(17.070)</u>

d. Despesas tributárias

	2018	2017
PIS e COFINS	(1.486)	(1.420)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(722)	(879)
Outros	(79)	(137)
Total	<u>(2.287)</u>	<u>(2.436)</u>

e. Outras receitas operacionais

	2018	2017
Cost sharing	631	52
Reversões de provisões	161	-
Recuperação de despesas administrativas	-	602
Variação monetária	23	33
Outros (*)	58	33
Total	<u>873</u>	<u>720</u>

f. Outras despesas operacionais

	2018	2017
Despesas com contingências	(750)	-
Reversão de provisões operacionais	(196)	-
Variação monetária passiva	(15)	(39)
Outros	(92)	(275)
Total	<u>(1.053)</u>	<u>(314)</u>

16 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2018 e 2017, a Corretora possui as seguintes transações com partes relacionadas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo	64.371	20.046
Caixa		
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	92	-
Aplicação em CDI		
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	60.944	14.820
A receber - prestação de serviços		
Fundos Administrados pela Corretora	3.241	3.209
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Geração Futuro Seguros Ltda.	-	1.855
Rateio de despesas administrativas		
GF Gestão de Recursos Ltda.	77	126
Reembolso de despesas administrativas		
Geração Futuro Seguros Ltda.	-	22
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	17	14
Passivo	<u>(10.132)</u>	<u>(2.957)</u>
Operação de bolsa - correspondente		
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	(10.043)	(2.849)
Reembolso de despesas administrativas		
Brasil Plural CCTVM	(89)	-
Repasse de corretagem		
Brasil Plural CCTVM	-	(108)
Resultado	<u>17.609</u>	<u>18.127</u>
Receitas com CDI		
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	2.068	980
Despesa com corretagem		
Brasil Plural CCTVM	(564)	-
Receita com prestação de serviços		
Fundos Administrados pela Corretora	15.474	17.147
Cost sharing		
GF Gestão de Recursos Ltda.	631	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração foi remunerado durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Proventos	469	1.008
Encargos sociais	<u>106</u>	<u>227</u>
Total	<u><u>575</u></u>	<u><u>1.235</u></u>

A remuneração total dos Diretores durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017 é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a Administração não existem outros benefícios de curto prazo.

17 Gerenciamento de riscos

A gestão de risco está sujeita aos mesmos padrões do acionista controlador, Banco Plural S.A. - Banco Múltiplo. Desse modo, atua como instrumento para maximizar o valor para os acionistas e para as partes interessadas buscando estabelecer estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio entre as metas de crescimento e de retorno dos investimentos e os riscos a elas associados. A descrição detalhada de cada estrutura que compõe o gerenciamento de riscos está disponível em forma de políticas no site da instituição (<http://www.brasilplural.com/Site/pt-BR/Company/RiskManagement>).

As estratégias de gerenciamento de riscos e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras atendem plenamente ao disposto pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional e podem ser resumidos, como segue:

a. Risco de mercado

A gestão de risco de mercado é responsável por identificar, avaliar, monitorar e mitigar as exposições decorrentes de posições detidas em ações, taxa de juros, câmbio e mercadorias (commodities).

O risco de mercado é monitorado através do cálculo diário do Value at Risk (VaR), uma ferramenta estatística que mensura a perda potencial da instituição com determinado nível de confiança para um certo horizonte de tempo. Também são utilizados, para análise e monitoramento, testes de estresse das carteiras com o objetivo de mensurar o risco em cenários adversos. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada através de testes (back-testing) que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e os ganhos e perdas realizados.

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o período de um dia, nível de confiança de 95,0% e um ano de dado histórico. O nível de confiança de 95,0% significa que existe uma possibilidade de uma em vinte ocorrências de que as receitas líquidas de negociação serão abaixo do VaR estimado. Com isso, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior do que o VaR apresentados são esperados de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do VaR é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de VaR e estimativas de distribuição estatística podem produzir VaR substancialmente diferente. A tabela a seguir contém a média diária do VaR da carteira proprietária do Conglomerado Brasil Plural para os períodos findos em:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Média diária do VaR (R\$ mil)	502	935

O acionista Controlador também monitora o riscos de mercado de sua carteira por meio das parcelas que compõem o RWA (*Risk Weighted Assets*) conforme determina a Resolução nº 4.193/2007 e Circular nº 3.365 do Banco Central do Brasil.

I. *Análise de Sensibilidade (Instrução CVM nº 475/2008)*

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Brasil Plural gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isto, a Instituição considera os limites de riscos estabelecidos pela Administração e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Brasil Plural em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e com a circular nº 3.354/2007 do Bacen, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos da seguinte forma:

- i. Carteira de negociação (Trading Book): constituída por posições próprias realizadas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.
- ii. Carteira de não negociação (Banking Book): contém as operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até seu vencimento.

Para determinar a sensibilidade do capital aos impactos de movimentos de mercado na Carteira de Negociação (*Trading*), foram realizadas simulações considerando 3 cenários:

Cenário Provável A		Cenário Provável B	
PRÉ	200	PRÉ	(200)
IPCA	200	IPCA	(200)
Cambio	5%	Cambio	(5%)
Ações	(5%)	Ações	5%
Cenário Eventual B		Cenário Eventual B	
PRÉ	250	PRÉ	(250)
IPCA	250	IPCA	(250)
Cambio	6,25%	Cambio	(6,25%)
Ações	(6,25%)	Ações	6,25%
Cenário Eventual C		Cenário Eventual C	
PRÉ	300	PRÉ	(300)
IPCA	300	IPCA	(300)
Cambio	7,50%	Cambio	(7,50%)
Ações	(7,50%)	Ações	7,50%

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos, privados e instrumentos financeiros derivativos.

		Cenário A	Cenário B	Cenário C
Fator de Risco	Variação	Resultado	Resultado	Resultado
Pré	Aumento	(250)	(311)	(373)
Ações	Aumento	(53)	(67)	(80)
Câmbio	Redução	(197)	(247)	(296)
IPCA	Aumento	(98)	(121)	(144)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco. A carteira é composta por operações de créditos, captações e títulos e valores mobiliários.

b. Risco operacional

O gerenciamento de risco operacional abrange identificação e controle das possibilidades de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Como parte integrante da estrutura de controles internos, o framework de risco operacional é divulgado em política, e prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reportes relacionados aos riscos operacionais, bem como os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

A metodologia utilizada pelo Brasil Plural está em linha com o *framework* definido nos documentos *Integrated Framework: Application Techniques, publicado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission; e no Principles for the Sound Management of Operational Risk, emitido pelo Basel Committee on Banking Supervision.*

Outra questão relevante no contexto de risco operacional é o Plano de Continuidade de Negócios onde a estratégia do Brasil Plural é que a empresa se mantenha operacional, atendendo seus clientes e suas obrigações sem interrupção, ainda que as dimensões da Contingência sejam graves e esta operação seja feita em regime parcial, dado que serão alocados em novos locais um número de profissionais menor que os que realizam as tarefas cotidianas.

Os eventos de perdas são monitorados, identificados e armazenados em sistema proprietário conforme determinado pela Resolução 4.557/2017.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é interpretado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nas condições acordadas, assim como à desvalorização de contrato de crédito derivado da deterioração na classificação de risco do tomador, à diminuição de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. O gerenciamento de risco de crédito da Instituição possui um processo contínuo e progressivo de mapeamento, desenvolvimento, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, mantendo a integridade e a independência dos processos. A Instituição controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito e instrumentos financeiros derivativos. Ainda, há o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras. Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pela Política de Gerenciamento de Risco de Crédito e pelo Manual de Crédito que abordam de forma detalhada diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico a que pertence, incluindo a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), da sua capacidade financeira para repagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três exercícios, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como aspectos da governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeira e de riscos, transparência).

O processo poderá, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplemento. A adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento serão analisadas. Recursos utilizados para elaboração do cadastro dos clientes incluem consulta à SERASA e SISBACEN tanto da empresa como de seus sócios. O processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva

(com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial, recomendação esta que será avaliada pelo Comitê de Crédito para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados pelo menos uma vez ao ano ou quando necessário por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa ou da indústria na qual opera.

A política de provisionamento adotada pela Instituição está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Com isso, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como impairment os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações corporate com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

d. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - evitando descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Utilizamos modelos de projeções e de estresse das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva.

e. Gestão de Capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- i. Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- ii. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- iii. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O objetivo do gerenciamento de capital é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado através de uma postura prospectiva.

18 Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 2.099/1994 e legislação complementar.

Os limites operacionais são administrados no nível do controlador Brasil Plural S. A. - Banco Múltiplo. A situação do Banco, em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

Patrimônio de Referência	2018	2017
Índice de Basileia	10,77%	12,08%
Índice de Basileia Ampliado	10,68%	11,93%
Limite de imobilização	23.615	34.131
Valor da situação para o limite de imobilização	12.820	17.449
Índice de imobilização	27,14%	25,56%
Margem	10.795	16.682
Patrimônio de Referência (PR)	47.230	68.262
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	47.230	68.262

Patrimônio de Referência	2018	2017
Total da parcela RBAN	328	667
Total da parcela RWACPAD (Crédito)	168.498	236.163
Total da parcela RWAMPAD (Mercado)	12.127	76.966
Total da parcela RWACAM	3.669	102
Total da parcela RWAJUR [1]	2.305	62.628
Total da parcela RWAJUR [2]	52	6.746
Total da parcela RWAJUR [3]	4.558	3.300
Total da parcela RWAACS	1.543	4.189
Total da parcela RWAOPAD	257.867	251.808
RWA total (crédito+mercado+operacional)	438.492	564.937

As resoluções no. 4.192/13 e no. 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de nível I e de Capital Principal e a Resolução 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nos. 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13, 3.696/14 e 3.809/16 para risco de crédito, das Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nos 3.498/11 e 3.499/11 para risco de mercado, e das Circulares no. 3.640/13 e 3.675/13 e da Carta-Circular no. 3.625/13 para risco operacional. O Controlador optou pela abordagem o indicador básico para mensuração do risco operacional.

19 Eventos subsequentes

Em 09 de julho de 2018, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança da denominação social para Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A..